



5021 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT13 - Educação Fundamental

A INTOLERÂNCIA COM PRATICANTES DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO COTIDIANO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

Joycimar Lemos Barcellos Zeferino - COLÉGIO PEDRO II
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

A INTOLERÂNCIA COM PRATICANTES DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO COTIDIANO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa que teve como objetivo compreender, a partir da concepção de professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro, como a religião se expressa no cotidiano escolar. Os entrevistados fazem parte de três grupos: professores de ensino religioso, professores polivalentes cujas turmas têm aulas de ensino religioso e professores polivalentes cujas turmas não tem aulas de ensino religioso. Na pesquisa, a questão da intolerância com os praticantes das religiões de matriz afro-brasileira ganhou bastante notoriedade. Este texto visa apresentar os resultados e análises desta temática a partir dos conceitos de preconceito, discriminação e intolerância e discutir, ainda, o processo que leva à demonização do desconhecido. Por fim, discute-se os desdobramentos dessas temáticas no contexto das escolas públicas e aponta caminhos possíveis para a condução do trabalho docente.

PALAVRAS-CHAVE: preconceito; discriminação; intolerância religiosa.

O interesse da presente pesquisa está em compreender de que forma a diversidade religiosa, presente em um país tão plural quanto o Brasil, se expressa na escola. Assim, questiono-me sobre como se apresenta e quais seriam os desdobramentos da religião num espaço que se propõe laico, como a escola pública.

Primeiramente cabe ressaltar que o objeto central desta pesquisa não é o ensino religioso nas escolas. Esta observação faz-se pertinente, pois, em vários momentos e nos mais variados contextos, têm sido comum a associação de que a presença da religião na escola se reduz a esta disciplina. Atualmente, é quase inevitável pesquisar a presença da religião na escola sem mencioná-la, mas é importante deixar claro que o objetivo da pesquisa ora apresentada foi ir além, ou seja, entender, pela narrativa de professores, a presença da diversidade religiosa no espaço escolar, identificando como estes sujeitos compreendem o tema, que desafios enfrentam, que caminhos indicam. Busca-se aqui analisar a religião enquanto marca identitária dos sujeitos que se relacionam no espaço escolar.

Encarar a escola como um espaço socialmente construído (DAYRELL, 1999), com o dinamismo do dia-a-dia, significa analisá-la a partir, também, das diversas identidades dos atores que nela atuam e dela fazem parte. Não podemos negar que o aspecto religioso – independentemente de credo ou até mesmo da opção de não tê-lo – constitui de forma marcante a identidade dos indivíduos. A partir deste pressuposto, busquei identificar no relato dos professores e professoras concepções, desafios e iniciativas com relação à temática, bem como os prováveis silenciamentos sobre alguns discursos religiosos no cotidiano escolar. Neste sentido, identifiquei que as vozes mais silenciadas são as dos adeptos das religiões de matriz africana e afro-brasileira. Pretendo contribuir, através da pesquisa, com possíveis desdobramentos pedagógicos para um diálogo que favoreça o respeito entre as diversas identidades religiosas presentes na escola.

Esta pesquisa foi realizada junto a professores e professoras da Rede Municipal do Rio de Janeiro. Para a escolha dos sujeitos foram definidos três grupos de entrevistados: (i) professores de ensino religioso representando os três credos oferecidos (católico, protestante e matriz afro-brasileira); (ii) professores polivalentes cujas turmas são atendidas pelo ensino religioso; (iii) professores polivalentes que atuam em escolas onde não há ensino religioso. Esta escolha se deu a fim de se comparar, sempre que possível, o relato de professores que atuam com a presença explícita do ensino religioso com o daqueles que atuam sem este componente curricular. Ainda que não seja meu objetivo central investigar o ensino religioso em si, considero-o como um elemento potencializador e inevitável para a minha pesquisa, e que, segundo minhas apostas, poderia propiciar que a temática religiosa surgisse com mais intensidade nas falas dos entrevistados, principalmente quanto à expressão que esta ganha no cotidiano da escola. Totalizamos a pesquisa com a participação de dezoito entrevistados, sendo seis em cada um dos três grupos.

Os primeiros passos rumo à intolerância: preconceito e discriminação em pauta

Para os professores entrevistados a maior dificuldade no trabalho com o tema da diversidade, em especial a diversidade religiosa, é o preconceito. Bobbio (2002, p.103) afirma que o preconceito faz parte da esfera das coisas não-rationais. É uma opinião errônea que os indivíduos aceitam passivamente sem o mínimo movimento de verificação de legitimidade e que resiste às refutações feitas a partir de uma argumentação racional. A força de resistência do preconceito se estabelece à medida que a crença em sua veracidade passa a servir aos interesses daquele que o emana. Bobbio (2002) afirma, ainda, que o preconceito se enraíza naqueles que estão predispostos a aceitá-lo.

A forma de preconceito que merece uma análise mais apurada é, certamente, o preconceito coletivo, devido às suas consequências devastadoras. Como preconceito coletivo compreende-se aquele que é compartilhado por um grupo social e dirigido a outro grupo social, em geral formado por minorias (BOBBIO, 2002, p.105). Os conflitos originados entre esses diferentes grupos se pautam no julgamento distorcido de uns para com os outros e tornam-se mais acirrados quanto maior for o sentimento de pertencimento das pessoas em relação aos seus grupos de referência. Ou seja, segundo Bobbio (2002), quanto mais o indivíduo incorpora em sua identidade as características compartilhadas por seu grupo, maior é a tendência de estabelecer um juízo negativo quanto às características do grupo “contrário”,

estereotipando-o.

A principal consequência do preconceito é a discriminação (BOBBIO, 2002), já que ele carrega em si o potencial de transformar uma ideia em algo no plano da concretude, ou seja, em palavras, atitudes, olhares e silenciamentos (PEREGRINO, 2015). Por discriminação, entende-se uma diferenciação injusta ou ilegítima entre grupos, por ir contra o princípio de justiça que estabelece que todos têm o direito de serem tratados como iguais. Assim como o preconceito, a discriminação também se apresenta em diferentes níveis. Num primeiro momento, existe apenas a mera constatação das diferenças existentes entre os indivíduos e entre grupos. No segundo momento, institui-se um juízo que deixa de ser factual e assume caráter valorativo.

O critério de valor utilizado para delimitar o que seria superior ou inferior não possui uma base racional de argumentação e, comumente, é inserido de maneira acrítica no âmbito dos valores do grupo. Por meio da tradição ou por uma autoridade reconhecida, esses valores são assimilados e reproduzidos (BOBBIO, 2002, p.108). Destaca-se a relevância e a responsabilidade do posicionamento de lideranças, em especial religiosas, quanto à sua força persuasiva no que se refere ao convencimento de seus grupos sobre esses valores.

Entretanto, o processo discriminatório apresenta, ainda, um terceiro momento que é, sem dúvidas, o mais cruel: o momento em que os juízos valorativos dos quais emergem as noções de superioridade/ inferioridade passam a sustentar ações práticas de um grupo contra outros, podendo chegar à concepção de que o grupo "superior" tem o direito de suprimir o "inferior". Nesse movimento, o preconceito se constitui em um "processo de silenciamento" (PEREGRINO, 2015, p.102).

Preconceito e discriminação aparecem nos relatos dos professores entrevistados no sentido de apontar as concepções das famílias dos alunos como a maior dificuldade. São citados: (i) os discursos radicais com que algumas famílias influenciam seus filhos, o que chama a atenção quando o tema emerge na escola; (ii) a interferência das famílias quando tomam conhecimento que os alunos estão tendo acesso a discussões que envolvem outras crenças, em especial quando de matriz não-cristã^[1]; (iii) a postura de algumas famílias que são muito fechadas ao diálogo, chegando ao ponto de cercear a participação dos alunos em atividades escolares de cunho cultural por acreditarem possuir vínculo religioso (em especial no caso dos evangélicos e quando estas atividades envolvem supostos elementos religiosos de outros grupos, tais como a capoeira, considerada manifestação de religiões afro-brasileiras – pejorativamente chamadas de macumba – ou a festa junina, que é considerada uma festa de adoração aos santos da igreja católica).

Os professores também apontam a própria formação e a falta de diálogo entre professores e gestores das escolas a respeito do tema como as questões que mais interferem no trato com a temática da diversidade religiosa na escola. Eles relatam que a prática de reproduzir determinadas datas comemorativas no ambiente escolar já está naturalizada, mas não se criam espaços para refletir sobre isso. Dessa forma, ocasiões como a Páscoa e o Natal, celebrações de matriz judaico-cristã, são reproduzidas ano a ano e não se discute o motivo, além de não se inserir celebrações de outros credos.

Outro item apontado como dificultador do trabalho com a temática é a ideia de imposição de pontos de vista que algumas denominações religiosas apresentam.

Essas falas se articulam com a perspectiva assumida por Bobbio (2002) quanto ao motivo que origina a intolerância religiosa: a convicção de possuir a verdade. Para o filósofo político, esse problema recai na discussão sobre a possibilidade da convivência, no âmbito teórico e prático, de verdades contrapostas. Quando essa convivência não se estabelece de maneira respeitosa, abre-se espaço para a intolerância, que "não é apenas questão de não tolerar as opiniões divergentes; ela é agressiva [...] no seu ódio à diversidade alheia" (MENEZES, 1997, p.46).

Intolerância religiosa: do simbólico ao concreto

O conceito de tolerância surge em meio a lutas históricas de cunho religioso, geradoras de massacres entre católicos e protestantes. Nesse contexto, os pensadores iluministas que se viam, também, discriminados e perseguidos, começaram a se articular com o objetivo de mobilizar a opinião pública contra a intolerância, reivindicando o direito de discordar da religião oficial. A bandeira pelo "direito sagrado de divergir" representava a negação da repressão da diversidade alheia. Nesse sentido, historicamente, a tolerância surge como "uma luta contra a intolerância" (MENEZES, 1997, p.42) e ainda hoje sua relevância emerge em contextos semelhantes. Ou seja, falar de tolerância é tratar, na verdade, da intolerância (AUGRAS, 1997).

Considerando esta perspectiva teórica, aos entrevistados foi indagado se já haviam presenciado alguma situação de desrespeito ou conflito motivadas por questões religiosas. A partir da análise das 18 entrevistas, foram identificados 33 casos, dos quais 28 se deram contra adeptos das religiões de matriz afro-brasileiras, quatro com evangélicos e um com católicos. Os casos vão desde situações em que falas são feitas em tom de brincadeira até casos de enfrentamento físico. Apenas duas professoras afirmaram nunca terem presenciado nenhum tipo de desrespeito ou conflitos por motivos religiosos.

Essa proporção de casos de intolerância com os praticantes das religiões de matriz afro-brasileira vai ao encontro dos dados divulgados pelo relatório da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa entregue à ALERJ em 2015. O relatório aponta o Rio de Janeiro como o primeiro estado no ranking dos casos de intolerância por motivos religiosos e afirma que dos 948 casos registrados pela Comissão até 2014, 71% foram contra praticantes da umbanda e do candomblé. Quando o recorte dado à pergunta se limita ao cotidiano escolar, o quadro não é muito diferente do anterior. São inúmeros os relatos e as nuances com que a intolerância se apresenta no espaço da escola são as mais variadas possíveis.

Segundo Bourdieu (1999), a violência simbólica se estabelece a partir de discursos e práticas, proferidos por um indivíduo ou grupo, que reforçam as relações de dominação existentes na sociedade. Um dos professores de Ensino Religioso de matriz afro-brasileira relata um exemplo de violência simbólica que ilustra o que se dá comumente no contexto brasileiro: "*Sabe, é aquela história: 'independente da sua religião, vamos rezar um Pai-Nosso', é mais ou menos isso*". A ação da violência simbólica se dá através de mecanismos sutis de coação que visam legitimar uma cultura arbitrária como algo naturalizado. Esses mecanismos, em geral, apresentam-se no campo religioso como brincadeiras, piadas e atitudes que, à primeira vista, podem parecer banais. Entretanto, esse tipo de violência causa danos emocionais que podem ser mais perversos que os próprios danos físicos, devido a sua tenacidade. "É aquela violência que não quebra ossos, porém, quebra mentes" (OLIVEIRA, 2011, p.535).

A violência simbólica, na perspectiva de Bourdieu (1999), é, segundo os entrevistados, a mais recorrente no cotidiano escolar. Os relatos são diversos: "[...] *uma aluna se jogou no chão, disse que tava 'recebendo santo' pra afrontar a professora de religião afro...*"; "*no início, os meus alunos, os poucos que vinham, levantavam e a turma ficava [gritando]: 'macumbeiro, macumbeiro, macumbeiro'*"; ao verem os adeptos de religião de matriz afro vestidos de branco surgem perguntas como "*a gira vai ser aonde? "*"; "*virou médico agora? "*".

Menezes (1997, p. 47) afirma que a partir do olhar intolerante, a diferença do outro passa a ser vista como um estigma. Dessa forma, é comum que todas as referências feitas a ele sejam feitas unicamente por sua diferença, daí o uso recorrente da expressão *macumbeiro* como chamamento pejorativo aos adeptos das religiões de matriz afro-brasileira.

Além disso, nota-se que as situações que ocorrem em tom de brincadeira parecem situações de menor importância, já que não há o enfrentamento físico entre os envolvidos. Ou seja, a violência simbólica aparentemente ainda não é reconhecida no cotidiano escolar como um tipo de violência real.

Desta forma, devido à faixa etária do público atendido nos anos iniciais do Ensino Fundamental, quando emergem atitudes e falas que retratam o preconceito e a discriminação entre religiões no cotidiano escolar a situação acaba por ser minimizada. Entretanto, situações em que falas hostis são proferidas a grupos minoritários, mesmo que por crianças, configuram-se como casos de violência simbólica.

Além de experiências individuais, há também aquelas que atingem a todo um grupo ou à religião como um todo. Nesses momentos, entretanto, a violência simbólica instaurada afeta diretamente os alunos e alunas pertencentes aos grupos minoritários, neste caso, aqueles que são adeptos de matriz afro-brasileira. Por mais que não se perceba no momento em que ocorre, os efeitos desse tipo de violência tornam-se marcas nas vidas das crianças (QUEIROZ, 2015). Para um dos professores entrevistados, a explicação para a recorrência de casos de intolerância contra os adeptos das religiões de matriz afro pode ser analisada a partir da reprodução histórica de um determinado discurso.

“O diabo é cristão, não africano”: demonização das religiões de matriz afro-brasileira

Em sua tese de doutorado, intitulada Educação em terreiros e como a escola se relaciona com crianças que praticam candomblé, Caputo (2005) relata o caso do menino Ricardo Nery que anos após ter sido protagonista de uma reportagem^[2] que retratava a atuação das crianças na dinâmica dos terreiros de Candomblé, teve sua imagem divulgada em outros dois meios de comunicação^[3]: o jornal A Folha Universal e o livro Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?, de autoria do bispo Edir Macedo, ambos publicações vinculadas à Igreja Universal do Reino de Deus^[4]. Nas duas publicações que se seguiram à reportagem original, usam-se termos e ideias completamente pejorativas em relação à criança e à sua pertença religiosa.

A veiculação no jornal A Folha Universal, realizada um ano após a reportagem original, em 1993, era intitulada “Filhos do Demônio”. Após três anos, em 1996, a imagem de Ricardo aparece no livro do bispo Edir Macedo com a seguinte legenda: “Essas crianças, por terem sido envolvidas com os orixás, certamente não terão boas notas na escola e serão filhos problemas na adolescência”.

Esse breve relato da situação vivenciada por Caputo (2005) serve como disparador da discussão de uma temática extremamente relevante, quando se trata da discussão sobre a diversidade religiosa brasileira: a demonização das religiões de matriz afro-brasileira.

Salles (2001) apresenta alguns elementos históricos para explicar o surgimento da associação feita entre o culto aos orixás e a demonização dessas práticas. Em geral, o diabo, referência cristã, é relacionado com o orixá Exú. Diferentemente da tradição cristã que se pauta basicamente na dualidade bem - mal, a tradição africana possui caráter mais fluido em relação à personalidade de suas divindades, os orixás. “As divindades africanas têm o caráter ambivalente. São ao mesmo tempo perigosas e benéficas. Temíveis e protetoras. A figura grotesca de Exú não interessava à Igreja. O que transpareceu foi sintetizado no Diabo cristão” (SALLES, 2001, p. 103). Esse movimento de deslegitimação dos aspectos religiosos de origem afro-brasileira e a predisposição de grupos religiosos a realizar uma leitura literal do texto sagrado cristão são elementos potencializadores de situações de embates pautados na intolerância religiosa.

Sanchis (1997) indica as diferentes formas pelas quais a intolerância se apresenta. Segundo o antropólogo, em primeiro lugar, manifesta-se com a eliminação do outro, exterminando, assim, o problema causado pela diferença. Em segundo lugar, a diferença é suprimida, pois, de forma sutil, o Outro é reduzido ao grupo hegemônico. Contudo, se mesmo após a tentativa de anular sua diferença ainda se fizer marcadamente presente, passa então a ser demonizado.

Sanchis (1997) aponta, também, para os aspectos sociais que acabam por afetar as relações entre as religiões. Ele chama a atenção para as relações de poder e de legitimidade presentes em diferentes níveis e afirma que não se pode considerar uma relação dialógica igualitária entre as religiões enquanto essas relações externas causam certa desestruturação nesse campo.

No caso das religiões de matriz afro-brasileira, existe um verdadeiro abismo em relação às condições estruturais, quando comparada às demais religiões no contexto brasileiro, em especial as cristãs. A associação histórica que se faz entre essas religiões e o passado escravocrata do Brasil - que traz reflexos no que se refere ao preconceito e à discriminação até hoje - faz com que seus adeptos sejam estigmatizados e colocados em uma posição subalterna, ou seja, mais vulneráveis à intolerância.

Nas entrevistas, foram mencionados casos em que é de conhecimento dos professores que as famílias dos alunos são praticantes de umbanda ou candomblé, mas optam por não participar das aulas de ensino religioso referente a seu credo. Isso se dá, segundo vários relatos de professores, para evitar situações de constrangimento na escola envolvendo as crianças, já que essa é uma realidade com a qual convivem diariamente em outros espaços.

Fonseca e Giacomini (2013), sobre o mapeamento de terreiros de umbanda e candomblé localizados na cidade do Rio de Janeiro, afirmam que a maior parte dos casos de atos de agressão e discriminação motivados por questões religiosas contra adeptos das religiões de matriz afro-brasileira acontecem em locais públicos. Acrescido a este dado, há a informação que quanto maior a proximidade com os terreiros, maior a incidência de casos. Os casos relatados na referida pesquisa indicam que, em geral, os atos discriminatórios se dão quando os adeptos da religião encontram-se trajando paramentos típicos: vestimentas, indumentárias, símbolos religiosos.

De acordo com Fonseca e Giacomini (2013, p.137), para os líderes religiosos das religiões de matriz afro-brasileira, a reivindicação que fazem é a de que suas convicções e práticas religiosas não sejam meramente consentidas, mas dignas de respeito pelos adeptos de outras denominações religiosas. As sociólogas apontam que tal concepção de tolerância como consentimento encontra aportes na literatura, apesar de não ser uma opção hegemônica. É comum encontrarmos tal acepção do termo de forma amplamente aceita pela sociedade. Para os críticos (MARIANO, 2004), a atitude de tolerância carrega consigo uma ideia de superioridade entre o que tolera e o que é tolerado. Esta é uma acepção do termo que outros pesquisadores (CORTINA, 1996; BOBBIO, 2002; ANDRADE, 2009) buscam superar.

Das motivações ao combate: é possível acabar com a intolerância religiosa?

Os professores entrevistados apontam para a dificuldade dos indivíduos em compreender o sistema de símbolos e crenças alheios aos seus, concepção que pode ser expandida para qualquer aspecto da vida social, tendo em vista que a sociedade contemporânea é pluralista nos mais variados aspectos. Nesse sentido, o desconhecimento de aspectos relacionados a outras crenças também aparece como possível propulsor da intolerância.

O diferente causa estranhamento. Esse estranhamento engloba tanto elementos racionais, que se refletem na dificuldade de se pensar a diferença, quanto elementos emocionais, que dão origem a sentimentos como medo e hostilidade (ROCHA, 2006, p.7). Isso se dá porque ao entrarmos em contato com o diferente, é um movimento natural que o analisemos a partir das nossas referências. Contudo, esse

movimento, quando exacerbado, constitui-se em etnocentrismo, que para Rocha (2006, p.7) “é uma visão de mundo com a qual tomamos nosso grupo como centro de tudo, e os demais grupos são pensados e sentidos pelos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência”.

Menezes (1997) indica que o ecumenismo é um apontamento possível para que as religiões encontrem o caminho para a tolerância, já que ela se constitui em um problema central para o futuro dos seres humanos (SANCHIS, 1997, p.57). Por outro lado, alguns autores (AUGRAS, 1997; CARDOSO, 2003; ANDRADE, 2009) questionam quais seriam, caso existam, os limites da tolerância. A pergunta constante nas reflexões sobre o tema é sobre a possibilidade de se tolerar o intolerante. Essa questão, que se apresenta como uma grande incógnita na discussão, pode ser debatida à luz da ideia de uma ética cidadã proposta por Cortina (1996). A ética cidadã se pauta na convenção de valores que devem ser compartilhados entre todos, considerando-se o ideal do que é justo. Tais valores teriam, entre outras, a função de limiar para a garantia da dignidade humana. A equalização desses valores mínimos seria, segundo a proposta, a garantia de uma convivência harmoniosa, independentemente da pluralidade existente na sociedade. Assim, a tolerância não significaria tudo aceitar, negando ao intolerante o argumento de que estaria, apenas, defendendo seu ponto de vista. Se a defesa de um ponto de vista religioso ataca os mínimos estabelecidos, então, tal defesa não é moralmente válida e deve ser combatida.

Por outro lado, Cortina (1996) pensa, também, no caminho oposto – não se limitando ao que é o mínimo digno e justo para a vida humana. A filósofa estrutura também a ideia dos máximos, os elementos que tem como função nos proporcionar uma vida feliz, graças à autorrealização. A ideia de Cortina (1996) é a de que, se por um lado os mínimos devem ser exigidos porque isso seria o justo, por outro os máximos só devem ser dinamizados em forma de convite, pois os meios que levam à felicidade são diversos e variados de acordo com as individualidades. Nesse ínterim, a religião se configura como um máximo de felicidade, pois se relaciona com o que é bom, com um convite a algo que, acredita-se, proporcionará autorrealização. Já a tolerância seria um mínimo ético, exigível a todos.

Andrade (2009, p.75) aponta que a tolerância aparece, ao longo da história, atrelado a três outros elementos: a defesa da liberdade de consciência, a luta pela igualdade e as reivindicações pela diferença. Esse quadro oferece um panorama de sua inserção, bem como de sua importância para os temas emergentes na sociedade contemporânea que, apesar de ter esses princípios garantidos na forma da lei, ainda precisa percorrer um longo caminho para efetivá-los para todos os indivíduos.

Atendendo às demandas explicitadas a partir de reivindicações, em especial, dos movimentos sociais, foram sancionadas as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que incluem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Essa decisão vem ao encontro do movimento progressivo das políticas de reparações, de reconhecimento e de valorização da história, cultura e identidade negra. A meta dessas políticas é a garantia do direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional (BRASIL, 2013, p. 498).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica se esclarece que tais reparações são importantes no intuito de buscar o ressarcimento, devido aos descendentes de africanos negros, dos danos causados pelo regime escravocrata. Além disso, visa concretizar iniciativas de combate ao racismo e a todo tipo de discriminação.

O texto reconhece que a decisão política de tornar esses conteúdos obrigatórios traz fortes impactos pedagógicos que vão desde a formação de professores à reformulação de posturas docentes e práticas pedagógicas. É frisado, também, que a intencionalidade da lei nada tem a ver com uma mudança do foco etnocêntrico europeu para o africano. A intenção é ampliar o foco “dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira” (BRASIL, 2013, p.503).

Visando nortear o trabalho com a temática proposta na nova lei são indicados três princípios para o trabalho curricular: (i) a consciência política e a história da diversidade; (ii) o fortalecimento de identidade e de direitos; (iii) as ações educativas de combate ao racismo e a discriminações. A partir desses princípios são elencadas as determinações curriculares que devem ser incorporadas aos planejamentos pedagógicos. Ao garantirmos a presença destas temáticas no cotidiano escolar possibilitamos que os alunos tenham a oportunidade de desconstruir estereótipos preconceituosos. Apesar de todos os avanços no sentido normativo e de proposição de políticas públicas, as culturas africanas e afro-brasileiras, bem como seus elementos culturais mais ligados à religiosidade, ainda aparecem no cotidiano escolar transvestidos de um caráter folclórico.

Acredito que a superação dessa visão folclorizada, tal como acontece também com a cultura indígena, só é possível com investimentos na formação dos professores. Afinal, desconstruções e reconstruções só se dão a partir do processamento de novos conhecimentos. Entretanto, para isso é necessária uma predisposição de abertura ao diálogo com os diferentes. Somente assim poderemos garantir um ambiente escolar capaz de propiciar a construção de relações mais igualitárias – premissa básica para que possamos constituir uma sociedade mais democrática.

Referências

ANDRADE, Marcelo. Tolerar é pouco? Pluralismo, mínimos éticos e práticas pedagógicas, Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

AUGRAS, Monique. Tolerância: paradoxos. In TEIXEIRA, Faustino (Org.). O diálogo inter-religioso como afirmação da vida. São Paulo: Paulinas, 1997.

BOBBIO, Norberto. Elogio da serenidade e outros escritos morais. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, 2013.

CAPUTO, Stella Guedes. Educação em terreiros e como a escola se relaciona com crianças que praticam o candomblé. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

CARDOSO, Carlos Manoel. Tolerância e seus limites: um olhar latinoamericano sobre diversidade e desigualdade. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CORTINA, Adela. Ética civil e religião. São Paulo: Paulinas, 1996.

FONSECA, Denise. GIACOMINI, Sonia. Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. Estudos avançados, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

MENEZES, Paulo. Tolerância e religiões. In TEIXEIRA, Faustino (Org.). O diálogo inter-religioso como afirmação da vida. São Paulo: Paulinas, 1997.

OLIVEIRA, Sandra Célia. A prática da violência no campo religioso brasileiro. In PERETTI, Clélia (Org.) Congresso de Teologia da PUCPR, 10, 2011, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: Champagnat, 2011. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2011/>

PEREGRINO, Giselly. Preconceito contra a surdez e a Libras: alunos surdos rompem o silenciamento. In ANDRADE, Marcelo (Org.) Diferenças silenciadas: pesquisas em educação, preconceitos e discriminações. Rio de Janeiro: 7 letras, 2015.

QUEIROZ, Karla Geyb da Silva. A trajetória religiosa de crianças adeptas ao candomblé e o contexto escolar. Anais do XII EDUCERE. Curitiba: PUCPR, 2015.

ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo? São Paulo: Brasiliense, 2006

SALLES, Alexandre de. Êsù ou Exú? Da demonização ao resgate da identidade. Rio de Janeiro: Ilú Aiye, 2001.

SANCHIS, Pierre. A propósito da intolerância religiosa. In TEIXEIRA, Faustino (Org.). O diálogo inter-religioso como afirmação da vida. São Paulo: Paulinas, 1997.

[1] Religiões de matriz não-cristã são aquelas que não são centradas na vida e nos ensinamentos de Jesus Cristo e possuem outros deuses/divindades. Como exemplos podemos citar o candomblé, o judaísmo, o budismo e o islamismo, entre outros.

[2] A reportagem em questão, intitulada "Os netos-de-santo: crianças começam a trabalhar nos terreiros de candomblé da Baixada" (1992) foi realizada pela própria pesquisadora enquanto atuava como repórter do Jornal O Dia.

[3] A autora esclarece em seu texto que imagens veiculadas em reportagens pertencem às empresas dos jornais em que são veiculadas e não aos fotógrafos ou jornalistas. Essas empresas, por sua vez, podem vender essas imagens em seguida. Foi o que ocorreu no caso relatado.

[4] Igreja de vertente neopentecostal de bastante influência no cenário religioso.